

ATA DA XVIII REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS*

Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil, às vinte horas, no Hotel Sesc Olho d'Água, em São Luís, Estado do Maranhão, o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais reuniu-se ordinariamente com a presença dos Desembargadores Jamil de Miranda Gedeon Neto (MA), Maria Dulce Soares Clementino, Vice-Presidente (MA), Arquilau de Castro Melo (AC), Jairon Maia Fernandes (AL), Roberto Hermidas de Aragão (AM), Edinardo Maria Rodrigues de Sousa (AP), Amadiz Barreto (BA), Raimundo Hélio de P. Castro (CE), Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên (DF), Hugo Bengtsson Júnior (MG), José Augusto de Souza (MS), Odiles Freitas Souza (MT), Yvonne Santiago Marinho (PA), Raphael Carneiro Arnaud (PB), Arthur Pio dos Santos Neto (PE), Antônio Almeida Gonçalves (PI), Tadeu Marino Loyola Costa (PR), Thiago Ribas Filho (RJ), Maria Célia Alves Smith (RN), Sebastião Teixeira Chaves (RO), Lupercino de Sá Nogueira Filho (RR), José Eugênio Tedesco (RS), Alberto Luiz da Costa (SC), José Antônio de Andrade Góes (SE), Júlio César Viseu Júnior (SP) e João Alves da Costa (TO), corregedores, diretores-gerais e assessores. Ao abrir o encontro, o Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, Presidente do TRE/MA, saudou os presentes, dando boas-vindas. Na sequência, o presidente do Colégio, Des. Alemer Ferraz Moulin, saudou os participantes do XVIII Encontro de Presidentes de TRE's, passando a palavra à Excelentíssima Senhora Roseana Sarney Murad, Governadora do Estado do Maranhão, que saudou a todos apresentando as boas-vindas aos participantes. Foi, então, prestada uma homenagem ao Ministro José Néri da Silveira, com a entrega de placas pelo TRE/MA e Colégio de Presidentes, enquanto o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão fez a entrega da Medalha do Mérito Judiciário Des. Antônio Rodrigues Veloso, a maior condecoração instituída pelo judiciário daquele Estado. Ao agradecer, o Ministro Néri da Silveira disse que recebia com emoção aquela condecoração, fazendo, em seguida, um rápido histórico da Justiça Eleitoral em relação à evolução técnica ocorrida nos últimos anos, no que saudou o Senador José Sarney, presente ao ato, que na Presidência da República deu apoio decisivo ao início desse processo, com o recadastramento geral de eleitores em 1986. Retornando a palavra ao Presidente do Colégio, este convocou os presentes para a parte técnica a ser desenvolvida a partir das 8:30 horas do dia 16 no Hotel Brisa Mar. Ao reiniciar os trabalhos, o Presidente do Colégio informou que no turno da manhã haverá relatório dos TRE's e uma avaliação pelo Presidente do TSE. Ato contínuo, passou a palavra ao Ministro José Néri da Silveira, Presidente do colendo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. O Ministro José Néri da Silveira ressaltou que o pleito eleitoral transcorreu com tranquilidade, enfatizando o excelente desempenho do voto eletrônico em todos os municípios e a rapidez e eficiência na totalização dos votos e divulgação dos resultados; expôs a experiência com o equipamento "Nera" implantado nas regiões de difícil acesso, o que possibilitou a transmissão imediata dos resultados via satélite. Destacou, ainda, que a qualidade da execução do processo eleitoral causou repercussão muito positiva em todo o País. Ressaltou o trabalho executado pelos juízes eleitorais, que demonstraram um extraordinário empenho na busca de soluções imediatas para os problemas que surgiram ao longo do processo eleitoral, garantindo assim a normalidade e o sucesso do pleito. Em seguida, destacou que, apesar do sucesso do pleito, a Justiça Eleitoral deve sempre buscar novas alternativas, como, por exemplo, a justificativa dos eleitores ausentes dos seus domicílios, pois em alguns Estados houve necessidade de se acolher um sistema misto, o que ocasionou demora neste processo, tendo em vista que esse trabalho foi uma experiência nova, eis que, nestas eleições a Justiça Eleitoral chamou para si a condução desses trabalhos. Destaca que a Justiça Eleitoral não pára, pois ao mesmo tempo em que estamos comemorando o sucesso do pleito, já estamos trabalhando e buscando aperfeiçoamento para as próximas eleições e a revisão da estrutura organizacional dos serviços. Salientou a insuficiência de quadro próprio da Justiça Eleitoral e a necessidade de buscar uma solução para os problemas das empresas que dão suporte técnico para a Justiça Eleitoral, tendo em vista o término do contrato com a "CTIS" e a necessidade de sua renovação. Defendeu a uniformização dos trabalhos e portanto a necessária adequação dos serviços com a legislação, dando ênfase ao processo licitatório na contratação das empresas prestadoras de serviços, principalmente na área de informática onde há necessidade de sintonia entre os TRE's e o TSE, ressaltou a necessidade de redimensionar os recursos da informática e a sua estrutura operacional, utilizando novas tecnologias para corrigir as distorções existentes. Destacou o desempenho das novas urnas e a necessidade de adaptação das urnas antigas, com vista às eleições gerais, buscando uma utilização mais racional, sem necessidade de novas aquisições. Cogitou da reformulação no número de eleitores por seção eleitoral sem comprometer o desempenho, buscando, assim, eficiência e economicidade. Outra questão a ser objeto de reflexão é a importância do armazenamento adequado das urnas, pois representam um patrimônio que deve ser conservado. Destacou o interesse de outros países em conhecer as urnas eletrônicas e até mesmo

*Esta Ata reflete os termos da original.

comprá-las. No entanto, considerando que as mesmas constituem um importante patrimônio da União, fazendo-se necessária uma maior reflexão sobre o assunto. Para o redimensionamento das seções eleitorais considera essencial a atualização do cadastro de eleitores e também as revisões eleitorais, que devem ser efetivadas com antecedência para possibilitar a devida solução dos problemas que dela decorrerem. Quanto à questão da legislação eleitoral, é necessário que o exame seja feito desde já, com vista às modificações que devem ser efetuadas. Pediu a palavra o Desembargador Arthur Pio dos Santos Neto (PE), que parabenizou o Ministro pelo sucesso das eleições e destacou a necessidade de adequação da legislação às eleições informatizadas e sugeriu a fixação da ordem de votação, iniciando pela eleição majoritária. Expôs a ocorrência de problemas em algumas urnas que apresentaram defeitos nos "flash cards". O Presidente do TSE esclareceu que providências já foram tomadas para evitar tais problemas, e que já foi solicitada a troca dos "flash cards" defeituosos. O Presidente Raphael Carneiro Arnaud (PB), manifestou a importância da unidade dos TRE's na contratação de uma única empresa de informática visando manter a uniformização dos sistemas eletrônicos. Recomendou o condicionamento adequado das urnas, lembrando que os tribunais não contam com uma estrutura que possibilite o bom armazenamento e segurança. Propôs, ao final: a) Extinção do cargo de escrivão eleitoral, substituindo-o pela criação de 02 (dois) cargos de auxiliar de chefia de cartório; b) Estender o vale-refeição aos servidores requisitados e que prestam serviços nos cartórios eleitorais. O Presidente José Antônio Tedesco (RS), manifestou a necessidade de que sejam criados um quadro de funcionários para os cartórios eleitorais e uma zona eleitoral em cada comarca. O Ministro Néri esclareceu que essa questão será submetida a um novo exame por parte do TSE, pois implica também em grande despesa. O Presidente José Augusto de Souza (MS), enfatizou a necessidade da implementação do título com a fotografia do eleitor, e se disse preocupado com a agregação de várias seções, pois poderia levar à formação de filas, ocasionando a extensão da votação para além das dezessete horas. O Presidente Odiles Freitas Souza (MT) manifestou-se favorável à contratação de técnicos. Expressou, no entanto, a necessidade do aumento do quadro de servidores e também a implantação dos títulos eleitorais com a foto do eleitor e código de barras para identificação no momento da votação, permitindo a redução do número de membros da mesa receptora. O Ministro Néri da Silveira lembrou que a escolha dos membros da mesa receptora é feita pelo juiz eleitoral, devendo recair sobre homens dignos, que queiram servir à Justiça Eleitoral. No que tange à existência de foto no título, manifestou-se inteiramente favorável, considerando que isso implicaria em um novo recadastramento eleitoral. Lembrou que a fotografia foi retirada do título porque favorecia a formação de currais eleitorais, mas que a questão da segurança deve ser reforçada. Enfatizou também a possibilidade de que seja exigida a apresentação de documento de identidade no momento da votação. O Presidente Jamil de Miranda Gedeon Neto (MA), destacou a questão do escrivão eleitoral, cujo cargo poderia ser extinto e substituído por dois cargos de auxiliar de chefia, não implicando, assim, em aumento de despesas. Ressaltou que os municípios que não sejam sede de zonas eleitorais deveriam contar com um posto de atendimento e que para possibilitar uma melhor prestação de serviço ao eleitor seria preciso uma ampliação no quadro de servidores. Reforçou a proposta da instalação de zonas eleitorais em todas as comarcas. O Presidente Sebastião Teixeira Chaves (RO) expôs a experiência vivenciada no Estado que, motivado por alguns problemas que antecederam ao pleito, exigiu a apresentação do documento de identidade no momento da votação e que esta providência garantiu a lisura do pleito, não ocasionando nenhum problema, tendo, inclusive, o índice de abstenção se mantido nos níveis normais. O Presidente do TSE enfatizou a importância dessa experiência, que também ocorreu em alguns outros municípios. Retomando a palavra, o Presidente Sebastião Teixeira Chaves (RO) sugeriu a criação de um cartório padrão contando com um local adequado ao armazenamento das urnas eletrônicas. Comunicou que esta providência já está sendo implementada em seu Estado. Em seguida, o Presidente José Antônio de Andrade Góes (SE) manifestou-se acerca de situações criadas com a revisão e depuração do cadastro eleitoral, citando o caso de um candidato a prefeito que teve seu título cancelado. Sugeriu o estabelecimento de norma do TSE proibindo a realização de revisões em ano eleitoral. A Presidente Yvonne Santiago Marinho (PA), com a palavra, manifestou seu apoio à implementação da fotografia no título eleitoral, o que daria mais segurança ao pleito. O Presidente Alberto Luiz da Costa (SC) manifestou a necessidade de que sejam criados cargos de assessores para os juizes dos TRE's. O Presidente do TSE manifestou-se favorável à proposta. No entanto, esclareceu que, no momento, não é possível sua implementação, pois dependeria de verba e, portanto, de previsão orçamentária. O Presidente Roberto Hermidas de Aragão (AM) relatou os acontecimentos em seu Estado durante as eleições, quando um fórum de município do interior foi invadido e incendiado, só não ocasionando a destruição das urnas pela intervenção da Polícia Militar. Informou, ainda, os cuidados que estão sendo tomados no armazenamento das urnas eleitorais. O Presidente Thiago Ribas Filho (RJ) referindo-se ao pagamento dos 11,98% da URV, solicitou que o Ministro-Presidente do TSE esclarecesse acerca

da quitação dos referidos percentuais. O Presidente do TSE esclareceu que foi solicitada uma verba suplementar, mas que, no entanto, não obteve uma resposta por parte do Governo Federal. O Presidente Tadeu Marinho Loyola da Costa (PR) informou que estão sendo implementados projetos para o armazenamento das urnas eletrônicas. O Presidente Júlio César Viseu Júnior (SP), em resposta à solicitação do Presidente do TSE, relatou que a eleição ocorreu dentro da normalidade em seu Estado. Expôs sua preocupação com às "Urnas/96" e com suas condições para o pleito de 2002. Com relação a URV, o Des. Viseu Júnior afirmou que ainda não decidiu sobre o pagamento, mas que terá que encontrar uma forma de adequar-se às notícias trazidas pelo Ministro Néri da Silveira. O Presidente do Colégio agradeceu a presença do Ministro que, ao despedir-se, salientou a forma harmônica da atuação da Justiça Eleitoral durante o pleito, com todos trabalhando juntos em busca de resultado efetivo para a Nação. Disse ainda que o dever foi cumprido e o resultado positivo e que a Justiça Eleitoral é um instrumento a serviço do homem brasileiro. O Presidente do Colégio, Des. Alemer Ferraz Moulin, suspendeu os trabalhos, determinando o reinício para as 13:30 horas. Reabrindo o encontro, o Presidente do Colégio fez uma sucinta revisão acerca dos temas abordados no turno da manhã, concedendo, em seguida, a palavra ao Presidente Thiago Ribas (RJ), que sugeriu um recadastramento dos deficientes físicos existentes nos Estados para que fossem congregados, de acordo com tipo de deficiência, em determinados locais de votação, objetivando facilitar-lhes o acesso, devendo constar no RAE campo específico para a inclusão do tipo de deficiência. A sugestão foi acolhida por unanimidade. Com relação à proposição de que haja legislação prevendo que o mandato eleitoral pertença ao partido e não ao candidato eleito, o Colegiado, entendendo tratar-se de matéria a ser apreciada pelo Congresso Nacional durante a reforma política, decidiu, por maioria, pela rejeição da mesma. O TRE/MT, propôs dotação orçamentária específica destinada a assegurar força pública nos anos de eleições. O Colégio aprovou a emenda do TRE/RS, no sentido de que os TRE's primeiro façam um levantamento dos gastos com segurança pública, para encaminhá-los ao TSE. Em complemento ao tópico "Eleições Municipais 2000: considerações gerais, sugestões administrativas, institucionais e alterações legislativas", pronunciou-se o Presidente do TRE/SC: 1) Sobre o sucesso da experiência catarinense de utilização da telefonia celular na transmissão de dados/resultados das seções eleitorais; 2) Pela diminuição ou eliminação do sinal sonoro da urna eletrônica, tendo em vista a identificação do voto do eleitor considerada a velocidade de digitação, especialmente nos números repetidos; 3) Inclusão, por ocasião da contratação dos técnicos de urna eletrônica, da utilização da telefonia celular; 4) Ampliação das dimensões da cabina eleitoral; e 5) Legitimação do eleitor para o exercício do direito de resposta na propaganda eleitoral, alterando-se o art. 58 da Lei nº 9.504/97 (documento anexo). Ato contínuo, passou-se à análise das propostas elaboradas pelo TRE/SC e TRE/RS, acerca da gratificação eleitoral, jetons e representação de presidência – distorções nos critérios de fixação dos valores – estabelecimento de novos parâmetros – alteração legislativa e também a unificação dos valores da remuneração dos membros e juízes eleitorais em todo o País. Discutida a matéria, o Colegiado decidiu pela aprovação da proposição, nos seguintes termos: 1) Encaminhamento da documentação necessária à Presidência do Colégio para envio ao TSE de pedido de reconsideração cumulado com pagamento dos atrasados, referente à unificação da base de cálculo dos jetons e da gratificação eleitoral (de R\$ 8.910,00 para R\$ 9.405,00); 2) Retirar de discussão proposta de alteração legislativa referente à gratificação de representação de presidência, vice-presidência e corregedoria, tendo em vista a existência de idêntico projeto já encaminhado pelo Colégio de Corregedores ao TSE; 3) Retirada de pauta da sugestão de alteração legislativa para aumento da base de cálculo dos jetons. Passando à análise da proposta formulada pelo TRE/SE acerca da rediscussão da resolução que disciplina o empréstimo de urnas eletrônicas para eleições extra-oficiais. Posta em discussão a matéria, decidiram pela aprovação da competência dos TRE's para deliberar acerca da conveniência ou não do empréstimo. Examinando a proposta seguinte, formulada pelo TRE/SE, de alteração do § 2º, art. 66 da Lei 9.504/97, que passaria a ter a seguinte redação: "§ 2º Os partidos concorrentes ao pleito poderão constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados, contratando, inclusive, empresas de auditoria de sistemas, que, credenciadas junto à Justiça Eleitoral, receberão os dados alimentadores do sistema oficial de apuração e totalização." O Colegiado, por maioria, decidiu pelo encaminhamento da proposta ao TSE. O Presidente do Colégio passou aos assuntos de interesse geral. Marcou para, provavelmente, a primeira semana de março de 2001 a nova reunião do Colégio, a ser realizada no Estado de Santa Catarina, onde deverá se eleita a nova diretoria. A seguir, foram apresentados trabalhos com vista ao aprimoramento da Justiça Eleitoral e aprovada a Carta de São Luís nos seguintes termos: "O Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, reunido em seu XVIII Encontro, nos dias 15 a 17 de novembro de 2000, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com a presença do Ministro José Néri da Silveira, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista a realização das recentes eleições municipais em todo

o País, na avaliação dos trabalhos desenvolvidos e projetando medidas visando o aperfeiçoamento do próximo pleito, deliberou o que segue: 1º) Que a eleições vieram a confirmar a integral segurança do sistema eletrônico de votação utilizado no País, tendo a Justiça Eleitoral superado suas dificuldades, conduzindo com eficiência e agilidade o pleito, retratado pela imediatidade na publicação dos resultados oficiais; 2º) Que é necessária e urgente a revisão da legislação eleitoral, de forma a fortalecer os partidos políticos e o sistema democrático representativo; 3º) Que é premente a ampliação do quadro efetivo de servidores da Justiça Eleitoral, com o objetivo de reduzir os encargos impostos às administrações públicas nas três esferas, principalmente diante do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal; 4º) Que é oportuna elaboração de estudo pelos Tribunais Regionais Eleitorais, de forma a se aferir a necessidade de realização do procedimento de revisão do eleitorado em municípios sob sua jurisdição, a ser realizado em ano que não haja eleições; 5º) Que é responsabilidade da Justiça Eleitoral buscar meios que melhor atendam às necessidades dos eleitores portadores de deficiências físicas; e 6º) Que a normalidade do pleito municipal é resultado do espírito público de todos os que colaboraram, pelas mais diversas formas, para o êxito das eleições, numa demonstração de vigor do estado de direito e de maturidade do povo brasileiro." A seguir, o Presidente do TRE/SC destacou a maneira carinhosa como todos foram recebidos pelo Des. Jamil Gedeon, do TRE/MA. O Des. Arthur Pio dos Santos Neto (PE) despediu-se dos presentes informando que em fevereiro deixará o TRE, ressaltando a gratidão pela convivência no Colégio. Retomando a palavra, o Des. Alemer salientou a atenção e dedicação dispensadas pelo Des. Jamil Gedeon, anfitrião do evento. Agradeceu todo o apoio recebido na realização do evento, dizendo que o reconhecimento é extensivo a todos os servidores do TRE/MA. Lembrando a proximidade das festas natalinas, desejou paz e felicidades a todos os participantes e colaboradores da Justiça Eleitoral. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrado o XVIII Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais. E, para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Des. Raphael Carneiro Arnaud, que a secretariei, pelo Des. Alemer Ferraz Moulin, que a presidiu, e pelos demais presentes, devendo a lista de assinaturas da folha de presença fazer parte integrante desta.*

*Não é possível identificar os subscritores da lista de presença.